

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.410 - AL (2018/0304645-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : E R DA S (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO.

Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **E R da S**, em razão do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, que manteve a segregação cautelar do recorrente, preso preventivamente pela suposta prática do crime do art. 217-A, c/c o art. 14, I, do Código Penal, nos autos da Ação Penal n. 0800050-79.2018.8.02.0050 (*Habeas Corpus* n. 0711001-42.2018.8.07.0000).

Ocorre que o presente recurso perdeu o objeto.

Isso porque, de acordo com as informações extraídas do portal eletrônico do Tribunal de origem, nota-se que, em 5/9/2018, foi proferida sentença condenando o recorrente, ou seja, posteriormente ao acórdão aqui vergastado.

Consoante reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a superveniência de sentença penal condenatória, por constituir novo título judicial a embasar a constrição cautelar do acusado, torna prejudicado o exame de *writ* que questiona decreto de prisão preventiva anterior (HC n. 365.344/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 28/8/2017).

Afinal, *a prolação de sentença condenatória em que se reconheceu, ainda que em decisão sujeita a recurso, mas em cognição exauriente, a culpa do paciente, ocasião em que a adequação da medida cautelar imposta foi*

reexaminada à luz de um espectro fático-processual de maior amplitude e profundidade. Assim, o estado de liberdade, atualmente, é alvo de ato jurisdicional superveniente, autônomo, de requisitos específicos e que desafia impugnação própria (STF: HC n. 138.238/PR, Ministro Edson Fachin, DJe 22/2/2017).

De qualquer maneira, o primitivo decreto de prisão não revelava nenhuma ilegalidade aparente em relação ao recorrente, uma vez que baseado em fator real de cautelaridade ante as circunstâncias do crime.

Posto isso, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator